

Identificando os sujeitos de baixa escolaridade e renda do município de Presidente Prudente-SP

Alessandra Fonseca Farias (UNESP) pedagoga_ale@hotmail.com
Maria Peregrina de Fátima Rotta Furlanetti (UNESP) fatimarotta@hotmail.com

Resumo:

“Compreender a forma de atender a diversidade dos sujeitos da EJA é extremamente necessário” (SECAD, 2009). Por isso se faz necessário conhecer os sujeitos diante de toda diversidade que a vida apresenta. Vários problemas e dificuldades foram se apresentando ao longo dos 10 anos do Programa de Educação de Jovens e Adultos/UNESP-PROEX, entretanto permanece o problema das desistências de pessoas que são atendidas na EJA e outras que ainda não participam e nem participaram de nenhum programa de alfabetização e escolarização. Diante do desafio de compreender as especificidades desta diversidade iniciamos nossa pesquisa no município de Presidente Prudente-SP, tendo como objetivo identificar dentre os dados Projeto Nacional “Bolsa Família” onde está concentrada a maior parte da população com escolaridade até a 4ª Série do Ensino Fundamental incompleta. Organizamos os dados em planilhas considerando todas as pessoas maiores de 15 anos. Assim, pretendemos mapear as regiões de baixa escolaridade, entrevistar os sujeitos por amostragem, a fim de conhecer mais de sua identidade sociocultural, e apresentar à Secretaria Municipal de Educação um novo Programa e/ou um novo Projeto Pedagógico de EJA.

Palavras chave: EPJA – Educação de Pessoas Jovens e Adultas, Analfabetismo, Escolarização.

Identifying subjects with low education and income of the municipality of Presidente Prudente-SP

Abstract

“Understanding how to meet the diversity of the subjects of the EJA is sorely needed” (SECAD, 2009). Therefore it is necessary to know the subject before all the diversity that life presents. Several problems and difficulties have been performing over the 10 years of the Education Program for Youths and Adults /UNESP-PROEX, however remains the problem of dropouts among the people who are cared for in adult education and others who do not participate and not participate in any program literacy and schooling. Faced with the challenge of understanding the specifics of this diversity we started our research in the city of Presidente Prudente-SP, aiming to identify from the data the National Project “Bolsa Família” which is concentrated the bulk of the population with education up to the 4th Grade of Elementary School incomplete. Organize data into spreadsheets considering all persons over 15 years. Thus, we intend to map the regions with low education, interview subjects at random in order to meet more of their sociocultural identity, and submit to the City Department of Education a new program and / or a new pedagogical project of adult education.

Keywords: AYE - Education Youth and Adult, Literacy, Schooling.

1. Introdução

Iniciamos nossa pesquisa voltando nosso olhar para o município de Presidente Prudente-SP, com o principal objetivo de identificar dentre os dados do projeto Nacional “Bolsa Família” em que zonas da cidade está concentrada a maior parte da população com baixa escolaridade, até a 4ª Série. Foram mais de 1.500 fichas categorizadas com dados referentes ao sexo, idade, nível de escolaridade, e bairro dos sujeitos. Contudo, tais dados não contemplam a identidade desta população, dificultando assim a formulação de uma educação que considere aspectos sócio-culturais da vida do educando que para nós é primordial ao se pensar em um Projeto Pedagógico de EJA.

Identificamos os sujeitos de baixa escolaridade e renda do Município de Presidente Prudente-SP que, por algum motivo, foram excluídos do sistema regular de ensino e não tiveram chance de concluir seus estudos, sendo assim excluídos também da sociedade, pois o analfabeto é incessantemente oprimido em tarefas simples do dia-a-dia. Como coloca FREIRE (1978),

(...) o oprimido é aquele que tem sua humanidade diminuída pelos opressores, e ter a humanidade diminuída implica em se reconhecer inacabado, inconcluso, reconhecendo assim sua desumanização. É também, e talvez sobretudo, a partir desta dolorosa constatação, que os homens se perguntam sobre a outra viabilidade - a de sua humanização. Ambas, na raiz de sua inconclusão, que os inscreve num permanente movimento de busca. (FREIRE, 1978, p.32)

Pensamos que é necessário um Projeto Político Pedagógico especialmente preparado para EJA, pois não se pode repetir modelos e manter abordagens infantilizadas nesta modalidade de ensino tão rica em especificidades. Ler e escrever são práticas indispensáveis às sociedades em que a cultura escrita regula a vida social, o que requer que jovens e adultos aprendam ao longo da vida num diálogo constante com seus saberes que não podem ser ignorados (SECAD, 2009).

Temos a pretensão de propor um projeto pedagógico para o município que atenda as especificidades dos Jovens, Adultos e também Idosos que não concluíram os anos iniciais do Ensino Fundamental para que se possa garantir a eles e a elas a efetivação das políticas públicas voltadas à educação de pessoas adultas, confirmadas e embasadas na Constituição de 1988 e na LDBEN/96.

O GEPEP- Grupo de Estudos e pesquisas em Educação Popular se propôs a formular um projeto político-pedagógico para a escola de EJA como comunidade de trabalho/aprendizagem em rede, em que a diversidade da sociedade esteja presente e onde o

ensino respeite as peculiaridades da vida adulta. Esse projeto político-pedagógico será formulado juntamente aos profissionais e interessados na EJA da região de Presidente Prudente-SP que serão convidados a participar de um Simpósio para discutirmos a situação da EJA e apresentarmos o perfil dos educandos feito nesta pesquisa.

Assim, pretendemos dar continuidade em nossas ações, objetivando entrevistar os sujeitos por amostragem, a fim de conhecer mais de suas identidades sócio-culturais, dos sonhos, desejos e expectativas de vida e apresentar à Secretaria Municipal de Educação uma resposta para um novo programa e/ou um novo Projeto Pedagógico de EJA.

2. Fundamentação Teórica

A educação de adultos compreende todo e qualquer tipo de educação destinada às pessoas consideradas adultas pela sociedade a que pertencem, onde através de um processo de aprendizagem, formal ou não, possibilita que essas pessoas enriqueçam os seus conhecimentos e/ou melhorem suas qualificações profissionais e técnicas (OLIVEIRA, 2006). No inciso VII do Artigo 4ª da LDBEN/96 está disposto: a "oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola".

Nesta perspectiva, Arroyo (2005) contribui afirmando que

“A visão reducionista com que, por décadas, foram olhando os alunos de EJA – trajetórias escolares truncadas, incompletas – precisará ser superada diante do protagonismo social e cultural desses tempos da vida. As políticas de educação terão de se aproximar do novo equacionamento que se pretende para as políticas da juventude. A finalidade não poderá ser suprir carências de escolarização, mas garantir direitos específicos de um tempo de vida. Garantir direitos dos sujeitos que os vivenciam.” (ARROYO, 2005, p. 21)

Por isso, a estrutura do sistema educacional brasileiro implica em articulações para desenvolver a EJA, pois, tendo políticas públicas voltadas a esta modalidade de educação garantidas pela LDBEN/96, o diálogo e a capacitação com os sistemas estaduais e municipais de educação para a oferta com qualidade da EJA são fundamentais, tendo em vista sua enorme demanda que se estende por todo o país. Além disso, entendemos que a constituição histórica da EJA no Brasil pressupõe também considerar em todos os seus processos político-educativos.

Quando falamos em sujeitos da EPJA – Educação de Pessoas Jovens e Adultas, estamos falando em homens e mulheres maiores de 15 anos sujeitos de toda a diversidade étnica-religiosa-sexual-política brasileira e sujeitos a toda desigualdade social existente nesse país. “Compreender a forma de atender a diversidade dos sujeitos da EJA é extremamente necessário” (SECAD, 2009). Por isso se faz necessário conhecer os sujeitos diante de toda diversidade que a vida apresenta.

A história do analfabetismo no Brasil é marcada substancialmente por exclusões, que discriminam todas as pessoas, culturas, etnias, credos, sexualidades, comportamentos sociais que fogem ao padrão elitista brasileiro (FREIRE, 1989). Nesse sentido,

A ideologia dominante precisa de mecanismos que a sustentem dentro da política educacional que a reproduz, daí, no Brasil, ter feito uso na legislação escolar de mecanismos de centralização (...) que favorecem, se não determinam, uma educação interdutora discriminatória e elitista que se relaciona com o modo de produção escravista, e mesmo capitalista, e que, por sua vez, se traduzem no alto índice de analfabetismo do nosso povo. (FREIRE, 1989, p. 226)

Em seu livro *Analfabetismo no Brasil*, Freire (1989) relaciona a ideologia da interdição do corpo do período jesuítico com toda a história excludente da educação nacional; tal ideologia era aplicada principalmente às mulheres, aos índios e aos negros, proibindo-lhes, por motivos diferentes, a presença física nos ambientes que lhes facilitassem a aquisição do saber.

Repessada através dos tempos, tal ideologia foi capaz, entre nós, de sobreviver, modernizando-se diante dos avanços no modo de produção até o fim do período em estudo, perpetuando-se através do Positivismo, do Liberalismo e mesmo do Nacionalismo nascente nas relações sociais de produção, assim como na estrutura escolar e em seu funcionamento. (FREIRE, 1989, p. 225)

Por isso, quando falamos em sujeitos da EPJA – Educação de Pessoas Jovens e Adultas, estamos falando em homens e mulheres maiores de 15 anos sujeitos de toda a diversidade étnica-religiosa-sexual-política brasileira e sujeitos a toda desigualdade social existente nesse país. Pessoas que tem seu direito à educação garantido desde 1948 na Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu Artigo 26^a:

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.¹

O direito à educação é abordado também pela Convenção Relativa à Luta contra a discriminação no Campo do Ensino, de 1960, e pelo Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que o Brasil subscreveu em 1990 (UNESCO, 2008). A Constituição Federal de 1988, legislação nacional que garante a educação gratuita pelo poder público, reconheceu os direitos das pessoas jovens e adultas ao ensino fundamental:

Art. 208. O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14/1996) [...]

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;²

E em 1996, as pessoas jovens e adultas encontram seu direito reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional Nº 9.394 – LDBEN/96, enquanto modalidade de educação básica, apropriada às necessidades e condições peculiares desse grupo (UNESCO, 2008):

TÍTULO III: DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR

Art. 4º O dever do estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; [...]

VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

TÍTULO V: DOS NÍVEIS E MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO

CAPÍTULO II: Da Educação Básica

Seção V: Da Educação de Jovens e Adultos

Art. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.³

¹ Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php

² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

³ As Diretrizes foram estabelecidas em 2000 no Parecer 11 da Câmara de educação Básica (CEB) do CNE, relatado pelo Prof. Carlos Roberto Jamil Cury. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

Para Ribeiro (1999), o domínio das habilidades de compreensão de textos escritos vão além da possibilidade de acessar esses textos, integrando assim padrões de comportamento e valores mais amplos. Por isso a autora desenvolve em seu livro *Alfabetismo e Atitudes*, à luz de Infante (1994a), a hipótese de que o analfabetismo funcional está relacionado não apenas com a capacidade de ler e escrever, mas com a possibilidade de o sujeito utilizar tais habilidades para o seu próprio desenvolvimento e de sua comunidade:

Considerando que el analfabeto funcional es aquel que no puede insertarse creativamente en el trabajo y en su medio, convendría determinar qué características de tipo actual se relacionan especialmente con esta situación. [...] En especial, se ve conveniente estudiar las competencias en el ámbito de la comunicación, del trabajo em equipo, de la posibilidad de alternativas, las que ayudan a una mejor ubicación en el campo laboral y a una mayor participación social. (Infante 1994^a, p.34 *ibid* Ribeiro, 1999, p.15)

Nesta perspectiva vários estudiosos como Goody e Watt (1968), Goody (1986), Walter Ong (1993), Bakhtin (1990) desenvolveram essa abordagem do alfabetismo, “visando desvendar relações entre a aquisição e o uso da escrita com mudanças no plano da cultura, da organização social e do funcionamento cognitivo dos indivíduos” (RIBEIRO, 1999, p. 25). Ainda segundo esta autora, o alfabetismo não pode ser compreendido somente enquanto nível de habilidade de leitura, “mas como um fenômeno complexo, envolvendo tanto habilidades de natureza cognitiva quanto atitudes ante os usos da linguagem escrita influenciadas por práticas e padrões culturais mais amplos” (RIBEIRO, 1999, p.123).

Como esta iniciação científica pesquisa o sujeito analfabeto, procuraremos definir o conceito de pessoa alfabetizada. Para isto, utilizaremos a fala de Furlanetti (2009) que, de acordo com seu embasamento, diz que:

Inicialmente podemos declarar que não alfabetizado é aquela pessoa que não sabe ler e escrever. Mas temos tido muitas discussões acerca desse conceito e temos muitas formas de determinar quando uma pessoa é alfabetizada. Em muitos países adiantados econômica e tecnologicamente, o conceito de que uma pessoa alfabetizada é ser capaz de assimilar instruções escritas de caráter técnico, responder questionários com certa complexidade ou ainda que seja capaz de compreender um breve e simples relato escrito de sua vida cotidiana. (FURLANETTI, 2009, p.15)

3. O Programa Bolsa Família

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social⁴, o Bolsa Família é um programa federal de transferência direta de renda, que beneficia mais de 12 milhões de

⁴ Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>

famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Este Programa integra o Fome Zero que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome e à pobreza.

O Programa possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

Para receber o benefício, a família deve possuir renda familiar de até R\$ 140 por pessoa, são levadas em consideração a renda mensal per capita da família e também o número de crianças e adolescentes até 17 anos. O Bolsa Família dispõe de benefícios financeiros, definidos pela Lei 10.836/04, que são transferidos mensalmente às famílias beneficiárias. O valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 32 a R\$ 242.

Só famílias cadastradas no Cadastro Único podem ser beneficiadas - O Cadastro Único para Programas Sociais é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total. Dessa forma, o Cadastro Único possibilita conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e também dados de cada um dos componentes da família.

Um dos eixos de atuação do Bolsa Família é a articulação de ações que promovem às famílias beneficiárias oportunidades e condições para superar a pobreza de forma sustentável. Abrange diferentes áreas como educação, trabalho, cultura, microcrédito, capacitação e melhoria das condições habitacionais.

A gestão do Bolsa Família é descentralizada, ou seja, os três entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do Programa, instituído pela Lei 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04. A gestão descentralizada permite que União, estados, Distrito Federal e municípios compartilhem entre si os processos de tomadas de decisão do Bolsa Família, criando bases de cooperação para o combate à pobreza e à exclusão social.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) tem um instrumento que mede a qualidade de gestão do Bolsa Família em níveis estadual e municipal. Trata-se do Índice de Gestão Descentralizada (IGD). Esse índice leva em conta a eficiência na gestão do Programa, e as informações são utilizadas pelo MDS para o repasse de recursos para aperfeiçoar as ações de gestão dos estados e dos municípios.

A fiscalização ocorre *in loco* e à distância com base no cruzamento de dados do Cadastro Único para Programas Sociais. Enquanto isso, outras ações são desenvolvidas pelas Instancias de Controle Social do Bolsa Família (ICSs), que devem acompanhar as atividades desenvolvidas pelo gestor municipal . O trabalho conjunto dessas instituições, integrado ao do MDS, tem como objetivo fortalecer o monitoramento e o controle das ações voltadas à execução do Bolsa Família. Todo esse processo é realizado sem que cause qualquer interferência na autonomia e competência de cada uma das instituições.

Em Presidente Prudente-SP, 5.512 famílias são beneficiadas pelo Bolsa Família, tendo o repasse mensal de verba de R\$ 488.709,00. A estimativa de famílias pobres no perfil Bolsa Família é de 4.662, ou seja, cobertura de 118,23% (Pnad 2006). Já entre a estimativa de famílias pobres no perfil Cadastro Único a cobertura é de 47,00% para um total de 11.728 famílias (Pnad 2006).

3. Metodologia

Encontramos na pesquisa qualitativa as bases para nossa metodologia da pesquisa-ação; através da pesquisa-ação conheceremos os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos quanto ao seu gênero, etnia, naturalidade, função social, ocupação, nível de escolaridade, enfim, quanto ao seu papel frente à sociedade, que camufla seus direitos de cidadãos nos deveres exaustivos do cotidiano e os exclui do universo letrado e informatizado. A pesquisa-ação deve ser essencialmente uma pesquisa intencionada à transformação participativa, em que sujeitos e pesquisadores interagem na produção de novos conhecimentos (FRANCO, 2005).

Diante do desafio de compreender as especificidades desta diversidade iniciamos nossa pesquisa no município de Presidente Prudente-SP, trabalhamos nos dados da população de baixa renda – famílias cadastradas no projeto Nacional “Bolsa Família” – a fim de identificar nas zonas da cidade os bolsões de analfabetismo como também das pessoas de escolaridade até a 4ª Série. Nós organizamos tais dados em planilhas, considerando todas as

pessoas maiores de 15 anos com escolaridade até 4ª série do ensino fundamental. Foram mais de 1.500 fichas analisadas, organizadas e digitadas em uma planilha que servirá de base para nossas futuras análises e ações.

Nas fichas do cadastro a que tivemos acesso, encontramos informações referentes ao sexo, idade, escolaridade e endereço dos sujeitos. Organizamos estes dados em tabelas e fizemos análises que serão apresentadas em gráficos. Consideramos as pessoas maiores de 15 anos e em nossa análise relacionamos os sexos e as idades dos sujeitos, a fim de visualizar as desigualdades de gênero e de faixa etária.

Contudo, esses dados não contemplam faces da identidade desse sujeito, que devem ser consideradas ao propormos uma educação voltada diretamente a ele, que o envolva no mundo letrado e informatizado tendo em vista sua própria cultura, vivências e conhecimentos. Conhecendo mais da identidade sócio-cultural do sujeito analfabeto de Presidente Prudente, pretendemos dar continuidade à pesquisa entrevistando os sujeitos por amostragem, organizar suas falas, categorizá-las.

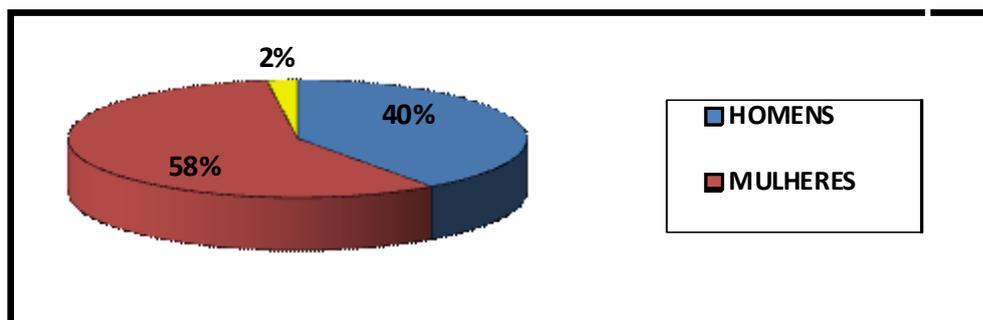
4. Apresentação dos dados

Compreender a forma de atender a diversidade dos sujeitos da EJA de forma que jovens e adultos possam estar na escola e aprender é extremamente necessário. São as necessidades da vida, desejos a realizar, metas a cumprir que ditam as disposições desses sujeitos, e por isso há a necessidade de compreender seus tempos para então organizar, segundo as possibilidades de cada grupo ou pessoas, o momento de formação, para garantir sua permanência e direito à educação (SECAD, 2009).

Tratar a EJA como direito significa reafirmar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, para a qual a educação constitui direito fundamental da pessoa, do cidadão; mais do que isto, significa criar, oferecer condições para que esses direitos sejam, de fato, exercidos. (SECAD, 2008, p.14)

Formulamos alguns gráficos e tabelas a partir da análise do levantamento dentre os dados do Programa “Bolsa Família” 2009 de Presidente Prudente-SP feita no decorrer desta pesquisa que serão apresentados a seguir:

Gráfico 1: “Sexo dos sujeitos de baixa escolaridade e renda com escolaridade até 4ª série de Pres. Prudente-SP”



* Sexo indefinido, pois não conseguimos identificar o sexo da pessoa pelo seu nome, já que esta informação não constava nas fichas.

Gráfico 2: “Frequência de idade das pessoas de baixa escolaridade e renda com escolaridade até 4ª série de Pres. Prudente-SP”

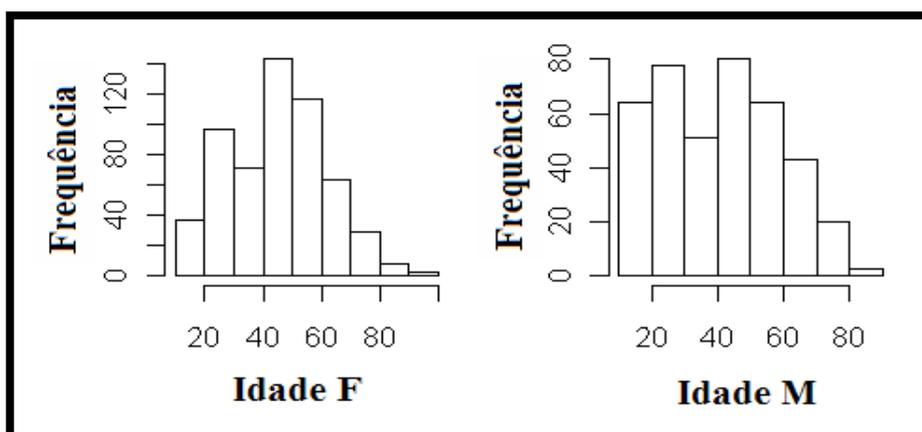


Tabela 1: “Análise da categoria ‘Homens’”

IDADE	ANALFABETOS	ATÉ 4ª SÉRIE
15 a 30 anos	24	109
31 a 60 anos	40	140
Mais de 60 anos	33	44
TOTAL	97	293

Tabela 2: “Análise da categoria ‘Mulheres’”

IDADE	ANALFABETOS	ATÉ 4ª SÉRIE
15 a 30 anos	32	98
31 a 60 anos	64	246
Mais de 60 anos	74	47
TOTAL	170	391

Gráfico 3: “Comparação Analfabetismo entre Homem e Mulher”

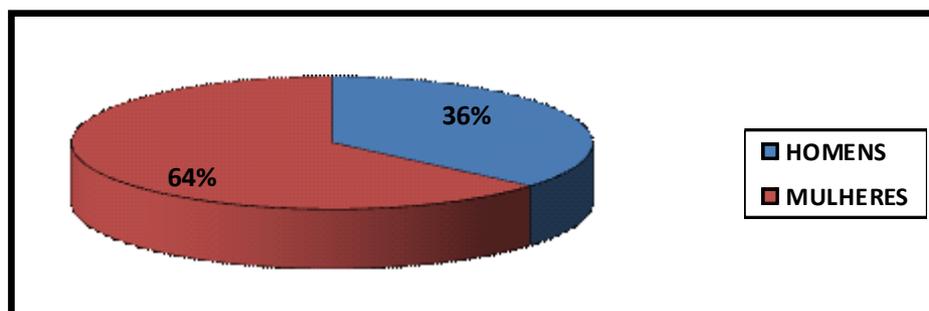


Gráfico 4: Comparação entre Homem e Mulher com escolaridade até 4ª série

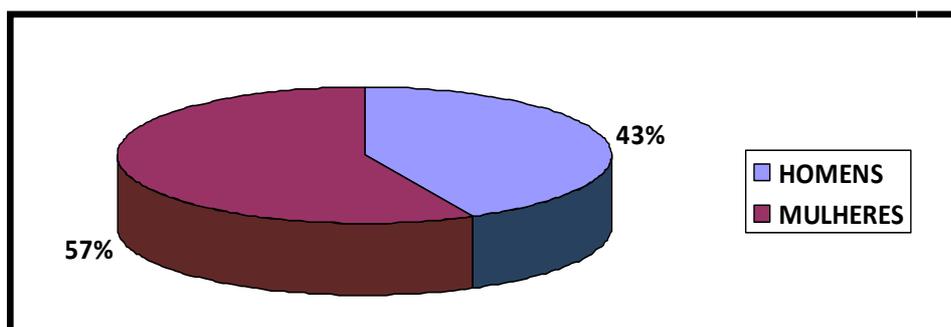


Tabela 3: “Bairros que contemplam mais de 30 sujeitos analfabetos e de escolaridade até 4ª série”

BAIRRO	TOTAL
Humberto Salvador	122
Brasil Novo	55
Vila Líder	45
Morada do Sol	44
Jardim Eldorado	37
Jardim Cambuci	36
Parque Alexandrina	34
Jardim Santa Mônica	33

De um total de 1.500 fichas do Programa “Bolsa Família” podemos fazer algumas análises:

- Ao todo são 971 sujeitos, onde 561 são do sexo feminino, 390 do sexo masculino e 21 de sexo indefinido; (Ver Gráfico 1).
- Predominam as mulheres com idade entre 40 e 60 de até a 4ª série do Ensino Fundamental; (Ver Gráfico 2).
- De um total de 390 homens, a maior concentração de homens analfabetos e de até a 4ª série está na idade entre 31 e 60 anos; (Ver Tabela 1)
- De um total de 561 mulheres, a maior parte das mulheres analfabetas está na faixa de idade de maiores de 60 anos ; (Ver Tabela 2).
- Já as mulheres com escolaridade até 4ª série estão na faixa de 31 a 60 anos; (Ver Tabela 2).

- É predominante o número de mulheres analfabetas se comparado ao número de homens analfabetos; (Ver Gráfico 3).
- Também é superior o número de mulheres de até a 4ª série em relação a quantidade de homens; (Ver Gráfico 4).
- Oito bairros apresentam mais de 30 sujeitos entre analfabetos e de até a 4ª série; (Ver Tabela 3).

5. Considerações Parciais

Pensar sujeitos da EJA é trabalhar com e na diversidade. A diversidade se constitui das diferenças que distinguem os sujeitos uns dos outros - mulheres, homens, crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com necessidades especiais, indígenas, afro descendentes, descendentes de portugueses e de outros europeus, de asiáticos, entre outros. Entre tensões, entre modos distintos de construir identidades sociais e étnico-raciais e cidadania, os sujeitos da diversidade tentam dialogar entre si, ou pelo menos buscam negociar, a partir de suas diferenças, propostas políticas. Propostas que incluam a todos nas suas especificidades sem, contudo, comprometer a coesão nacional, tampouco o direito garantido pela Constituição de ser diferente. “Nenhuma reflexão em torno da educação e democracia igualmente pode ficar ausente da questão de poder, da questão econômica, da questão da igualdade, da questão da justiça e de sua aplicação e da questão ética” (FREIRE, 2002, p.192).

Entende-se por cultura popular todo o repertório de conhecimentos de domínio público que caracteriza um modo particular de vida. E por educação popular, a forma através da qual esse repertório é reproduzido para as novas gerações. Deve-se destacar que sua força está exatamente em não separar conhecimento e vida, teoria e prática, pensar e fazer. (SOUZA, 2005, p. 164)

A produção de uma política pública de Estado para a EJA, centrada em sujeitos jovens e adultos com a expressão de toda a diversidade que constitui a sociedade brasileira é responsabilidade de governos e da sociedade com todos os seus cidadãos, de maneira a superar as formas veladas, sutis e explícitas de exclusão de que a desigualdade se vale.

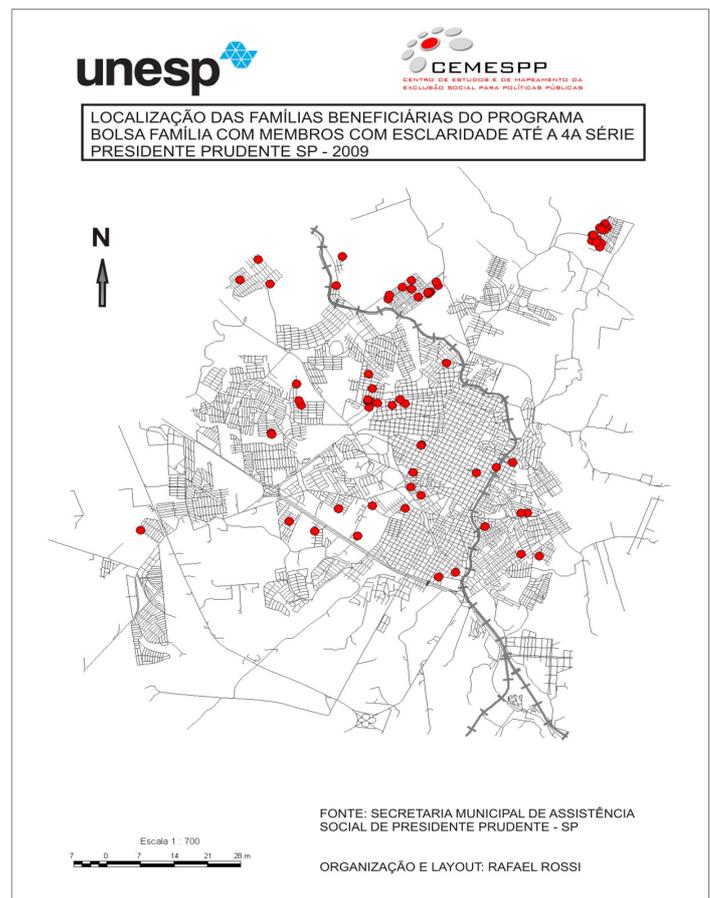
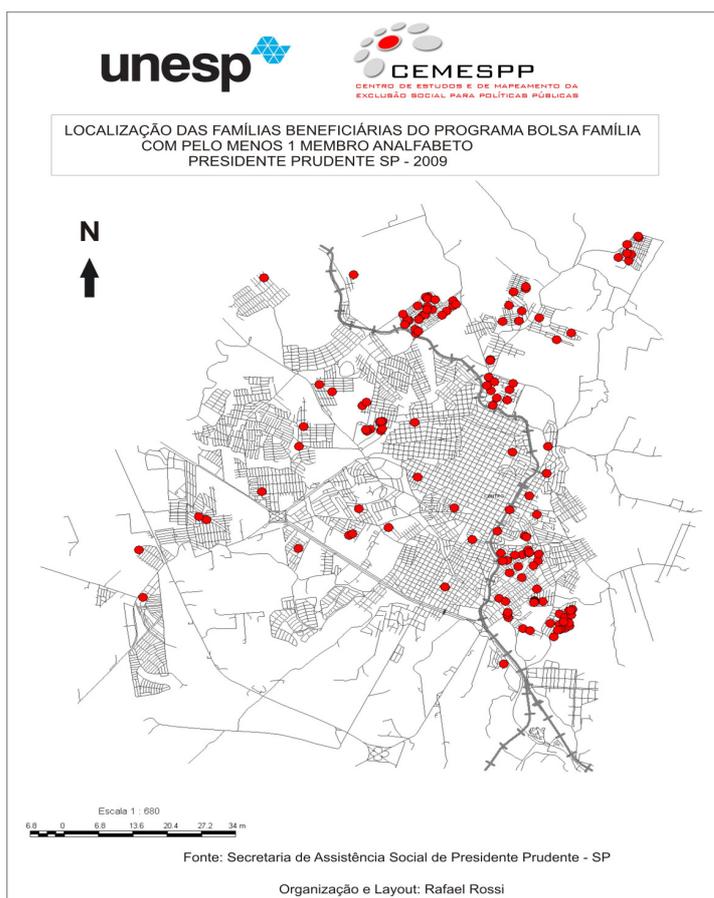
Não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito aos demais, do direito à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser. (FREIRE, 2002, p.193)

Compreender a forma de atender a diversidade dos sujeitos da EJA de forma que jovens e adultos possam estar na escola e aprender é extremamente necessário. São as necessidades da vida, desejos a realizar, metas a cumprir que ditam as disposições desses sujeitos, e por isso há a necessidade de compreender seus tempos para então organizar, segundo as possibilidades de cada grupo ou pessoas, o momento de formação, para garantir sua permanência e direito à educação.

Tratar a EJA como direito significa reafirmar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, para a qual a educação constitui direito fundamental da pessoa, do cidadão; mais do que isto, significa criar, oferecer condições para que esses direitos sejam, de fato, exercidos. (SECAD, 2008, p.14)

Acreditamos que a continuação de nossa pesquisa dará embasamento para a construção de um Projeto Político Pedagógico adequado a cada grupo de EJA, que será elaborado coletivamente com os educadores/as e responsáveis pela EJA desta cidade.

Em Presidente Prudente-SP existem bolsões de analfabetismo, sendo que estes não se concentram em toda a periferia, mas sim em alguns bairros periféricos, que por sua vez, tem alto nível de pobreza e, conseqüentemente, baixo nível de escolarização. Essa dualidade com que nos deparamos entre Jardim Monte Alto (zona oeste) e Jardim Cambuci (zona leste) é uma realidade gritante. Podemos observar nos mapas a seguir onde estão as pessoas de baixa escolaridade e renda no município de Presidente Prudente-SP:



Assim, pretendemos dar continuidade às nossas análises entrevistando uma parcela da população do Jardim Cambuci, a fim de conhecermos mais da sua identidade e formularmos um programa de escolarização, colaborando para um atendimento às demandas de homens e mulheres – jovens, adultos e idosos - num projeto político pedagógico que fique cada vez mais próximo das necessidades da população.

6. Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel González. Educação como Exercício de Diversidade. **Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. UNESCO, MEC, ANPED 2007, p. 19-50.

FRANCO, Maria Amélia S. **Pedagogia da Pesquisa-ação**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a11v31n3.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**. Editora Unesp, 2000.

FURLANETTI, Maria P. F. R. **Formação de Professores Alfabetizadores de adulto: o Educador Popular**. Tese de Doutorado. UNESP. Marília, 2001.

_____. **Compartilhando Experiências: Dialogando com a Prática da Alfabetização**. Bauru, SP: Canal6, 2009.

SECAD, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Documento Base Nacional Preparatório à VI CONFINTEA**, 2008.

OLIVEIRA, Marta K. Educação como Exercício de Diversidade. **Jovens e Adultos como Sujeitos de Conhecimento e Aprendizagem**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED 2007, p. 61-83.

SOARES, Leôncio. Educação como Exercício de Diversidade. **Do direito à educação à formação do educador de Jovens e Adultos**. UNESCO, MEC, ANPED 2007, p. 273-289.